TRIBUNAL DO JÚRI: O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL SOB A ÓTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Márcia Trovão Duarte Cavalcanti d'Albuquerque
Acadêmica de Direito

Resumo

O presente estudo tem o objetivo de analisar as alterações propostas no Tribunal do Júri para o novo Código de Processo Penal sob a ótica do Ministério Público. Para tanto, foram avaliados os pronunciamentos dos membros do Ministério Público em eventos e publicações sobre o tema. Constatou-se que há o entendimento de que os Projetos de Lei n° 8.045/2010 e n° 7.987/2010 enfraquecem a instituição do Júri e apresentam alterações flagrantemente inconstitucionais por ferirem os princípios constitucionais em que se baseia tal instituição. Portanto, faz-se necessário o acompanhamento político da tramitação dos projetos com sugestões de substitutivos que sanem os vícios existentes, preservando, assim, uma das instituições mais democráticas do Poder Judiciário.

Palavras-chave: Tribunal do Júri. Novo Código de Processo Penal. Ministério Público.

Abstract

The present study aims to review the proposed changes in the Jury for the new Code of Criminal Procedure from the perspective of the Prosecution. Thus, we evaluated the statements of prosecutors on events and publications on the subject. It was found that there is the understanding that the bills n° 8.045/2010 and n° 7.987/2010 weaken the institution of the Jury and present changes glaringly unconstitutional for hurting the constitutional principles that support such an institution. Therefore, it is necessary to monitor the progress of the bills and offer amendments to the text, thus preserving one of the more democratic institutions of the Judiciary.

Keywords: The Jury. The new Code of Criminal Procedure. The Prosecution.

1 Introdução

No ordenamento jurídico brasileiro, o procedimento do Tribunal do Júri foi adotado inicialmente na Constituição do Império, de 1824. Desde então, apenas a Constituição de 1937 não o previu de modo expresse, entretanto, o Decreto-Lei 167, de 05/01/1938, regulou a instituição do Júri, dissipando os debates acerca de sua manutenção no ordenamento jurídico pátrio¹.

Na Constituição vigente, a instituição do Júri está disciplinada no art. 5º, inc. XXXVIII, inserida, portanto, no Capítulo I, “Dos direitos e deveres individuais e coletivos”. Tem competência para julgar os crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados, como também os crimes que lhe são conexos ou continentes. Por se tratar de direito e garantia individual, está protegida sob o manto do art. 60, §4º, inc. IV, da Constituição, não podendo ser objeto de deliberação a proposta de emenda que tenda a aboli-la.

Apesar disso, as discussões doutrinárias a respeito da manutenção ou extinção do júri existem há longa data. Muitos juristas alegam que o procedimento é incompatível com o Estado Democrático de Direito, sendo fonte de injustiças^{2,3}. Considerando tais críticas, os adeptos do movimento reformista do júri sugeriam, entre outros pontos, alterações como a dispensa do libelo acusatório, a simplificação dos quesitos submetidos à apreciação dos jurados, a agilização dos atos processuais realizados em plenário, a inquirição direta das testemunhas e do acusado pelas partes e pelos jurados e a necessidade da fundamentação das decisões.

Com o advento da Lei nº 11.689/08, parte dos pontos vulneráveis apontados pelos adeptos do movimento reformista do júri foi corrigida.

¹SILVA, K. C. A. Reforma da instituição do Júri a partir de uma visão garantista dos direitos. *R. da Fundação Escola Superior Ministério Público D. Federal Territórios*, Brasília, v. 20, p. 76-112, jul/dez 2002.

²SANTOS, A. L. C. A incompatibilidade das decisões do Conselho de Sentença do Tribunal do Júri com o Estado Democrático de Direito: uma interpretação da legitimidade das decisões judiciais a partir de uma interseção entre filosofia e direito. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 30-46, jan/jun 2011.

³DIAS, B. S. A. In: *compatibilidade da atual conformação do Tribunal do Júri com os princípios caracterizadores de um processo penal democrático*. São José: UNIVALI, 2009.

Entretanto, algumas das alterações promovidas pela reforma têm suscitado críticas entre os membros do Ministério Público. Tal problema será agravado caso não ocorram modificações no projeto do novo Código de Processo Penal (CPP), em tramitação da Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei (PL) n° 156/2009, de autoria do Senador José Sarney, objetiva instituir um novo CPP. Após aprovação no Senado, o projeto foi encaminhado para revisão à Câmara dos Deputados, recebendo o n° 8.045/2010. Em janeiro de 2011, houve o apensamento do Projeto de Lei n° 7.987/2010, de autoria do Deputado Miro Teixeira, considerando que ambos têm o mesmo objeto.

Nesse contexto, o presente estudo tem o intuito de, a partir da descrição do atual procedimento do Tribunal do Júri, analisar as reformas propostas no novo CPP sob a ótica do Ministério Público.

2 O procedimento atual do Tribunal do Júri

2.1 Princípios constitucionais

O art. 5° , inc. XXXVIII, da Constituição Federal assegura ao Tribunal do Júri a plenitude da defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

Em consequência do sigilo das votações, o art. 466, § 1°, do CPP vigente prevê a incomunicabilidade dos jurados durante o julgamento. Tal regra tem o objetivo de preservar a pluralidade da decisão, tendo em vista que impede que um jurado exerça influência na formação do convencimento dos demais quanto ao objeto discutido na causa.

A soberania dos veredictos significa que, em sede de recurso, o julgamento proferido pelo conselho de sentença não pode ser alterado pelo juiz togado ou pelo tribunal. Entretanto, tal princípio não é absoluto, pois, no julgamento de eventual ação de revisão criminal, manejada no interesse do réu e observados os requisitos legais, pode o Tribunal de Justiça absolver o réu condenado injustamente pelo Júri em sentença transitada em julgado⁴.

⁴TÁVORA, N.; ALENCAR, R. R. *Curso de direito processual penal*. Salvador: JusPodivm, p. 787, 2011.

2.2 Fases do procedimento

O procedimento do Tribunal do Júri está previsto nos artigos 406 a 497 do CPP. Ocorre em duas fases, motivo pelo qual é classificado como bifásico ou escalonado. Ambas as fases têm várias denominações, sendo a primeira fase chamada de juízo de admissibilidade ou juízo de acusação (*judicium accusationis*) ou formação da culpa ou sumário da culpa, ou ainda, instrução preliminar; a segunda fase, por sua vez, é denominada de juízo de mérito ou juízo da causa (*judicium causae*) ou julgamento propriamente dito, ou ainda, acusação em plenário.

2.2.1 *Judicium accusationis*

Esta fase tem o objetivo de fixar a competência do Tribunal do Júri e simplificar a matéria em julgamento, considerando que o júri é composto por pessoas que, por não integrarem o Poder Judiciário, não têm conhecimento técnico.

De modo semelhante ao procedimento comum ordinário, após o recebimento da denúncia ou queixa pelo juiz, será determinada a citação do réu para apresentar resposta escrita no prazo de dez dias. Em seguida, o Ministério Público ou o querelante terão prazo de cinco dias para se manifestar em relação às preliminares arguidas e aos documentos juntados. O CPP só prevê a manifestação do autor da ação penal após a resposta escrita do réu para o Tribunal do Júri, embora a doutrina aplique tal dispositivo, por analogia, ao procedimento ordinário.

Cumprida essa etapa, o prazo máximo para a designação da audiência de instrução e julgamento é de dez dias. Na referida audiência, haverá a produção de provas, mas, ao contrário do procedimento comum ordinário, não há previsão de uma fase de diligências. As alegações finais são realizadas oralmente, assim como a decisão do juiz, que poderá ser de pronúncia, impronúncia, absolvição sumária ou desclassificação.

O magistrado poderá pronunciar o réu, quando existir indícios suficientes de autoria e prova da materialidade delitiva. Neste caso, tem início a fase da *judicium causae*. Contra a decisão de pronúncia, cabe recurso em sentido estrito. Este, por sua vez, terá efeito regressivo, tendo em vista que

possibilita ao julgador exercer o juízo de retratação. Se o julgador se retrata ou, caso não o faça, se o Tribunal de Justiça decide pela reforma da decisão, ocorre o que se chama de despronúncia.

Se não houver indícios suficientes de autoria ou prova da materialidade delitiva, o juiz decidirá pela impronúncia, que poderá ser combatida pela apelação. Se surgir nova prova após a decisão de impronúncia e não tendo sido extinta a punibilidade do réu, é possível o oferecimento de nova denúncia.

A absolvição sumária ocorrerá quando for provada a inexistência do fato; provado que o acusado não é autor ou partícipe do fato; o fato não constituir infração penal; ou ainda, quando demonstrada causa de isenção da pena ou de exclusão do crime, exceto quando se tratar de inimputabilidade, desde que não seja a única tese da defesa. Em tais hipóteses, é exigido um juízo de certeza para que a decisão de absolvição sumária seja prolatada.

Eugênio Pacelli se posiciona pela inconstitucionalidade das duas primeiras hipóteses de absolvição sumária, tendo em vista que a inexistência do fato e a prova da não autoria são matérias de fato, portanto seu julgamento é da competência do Tribunal do Júri, que seria suprimida na situação em que o juiz togado absolve o réu com base nestes fundamentos⁵.

A decisão de absolvição sumária, assim como a de impronúncia, pode ser combatida com o recurso de apelação.

Por fim, o magistrado decidirá pela desclassificação quando, ao contrário da acusação, reconhecer a existência de crime que não seja doloso contra a vida e declinar de sua competência, remetendo os autos ao juízo competente. Tal situação configuraria a desclassificação própria, enquanto a imprópria ocorreria se a desclassificação ocorresse para crime doloso contra a vida diverso do imputado ao réu na denúncia. Neste caso, a competência do Tribunal do Júri permaneceria. Contra a decisão de desclassificação, é cabível o recurso em sentido estrito.

A fase do *judicium accusationis* deve ser concluída no prazo máximo de noventa dias, conforme prevê o art. 412 CPP.

⁵OLIVEIRA, E. P. *Curso de processo penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 709, 2011.

2.2.2 *Judicium causae*

Preclusa a pronúncia, terá início a fase de julgamento, sendo as partes intimadas para, no prazo de cinco dias, apresentar o rol de testemunhas (no máximo, cinco), juntar documentos e requerer diligências.

A próxima etapa é o saneamento do processo, momento em que o magistrado determinará as providências necessárias para sanear as irregularidades e, em seguida, fará um breve relatório do processo e enviá-lo-á para inclusão em pauta da reunião do Tribunal do Júri.

Após a organização da pauta, o juiz intimará o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Defensoria Pública para acompanharem o sorteio, dentre os alistados, dos 25 jurados que irão atuar na reunião do júri.

Estando presentes pelo menos quinze dentre os 25 jurados sorteados anteriormente, a sessão será declarada aberta. O julgamento será anunciado, e as partes serão apregoadas. Neste momento, as partes devem arguir as nulidades relativas ocorridas posteriormente à pronúncia, sob pena de preclusão, conforme dispõe o art. 571, inc. V, c/c art. 572, inc. I, do CPP.

Na sequência, será realizado o sorteio dos sete jurados que irão compor o Conselho de Sentença. Cada parte poderá recusar imotivadamente até três jurados. Formado o Conselho de Sentença e, prestado o compromisso, cada jurado receberá cópias da pronúncia, ou das decisões posteriores que julgaram admissível à acusação, e do relatório do processo.

Em seguida, terá início a instrução em plenário. Será realizada a oitiva da vítima, quando possível, das testemunhas da acusação e das testemunhas da defesa. As partes farão as perguntas diretamente, enquanto os jurados o farão através do juiz togado. Nessa ocasião, as partes e os jurados podem requerer ainda acareações, reconhecimento de pessoas e coisas e esclarecimento dos peritos, além da leitura de peças referentes às provas colhidas por carta precatória e às provas cautelares, antecipadas ou não repetíveis. O último ato da instrução é o interrogatório do réu, quando presente. Isto porque o julgamento não será adiado se o acusado, estando solto e tendo sido regularmente intimado, não comparecer. Além disso, o acusado preso poderá requerer a dispensa de seu comparecimento à reunião, devendo o pedido ser subscrito por ele e por seu defensor.

Após a conclusão dos atos instrutórios, haverá a sustentação oral do Ministério Público, do assistente de acusação e, por fim, do defensor do réu. Depois, poderá haver réplica por parte da acusação e, em seguida, tréplica apresentada pela defesa.

Durante os debates, é vedado às partes se referir à decisão de pronúncia, às decisões posteriores que julgaram admissível à acusação ou à determinação do uso de algemas, assim como ao silêncio do acusado ou à ausência de interrogatório por falta de requerimento.

Finalizados os debates e, estando os jurados aptos a votar, o juiz procederá a leitura dos quesitos, realizando os esclarecimentos necessários.

Importa ressaltar que os jurados não podem manifestar sua opinião sobre o objeto do processo em julgamento entre si nem com terceiros, em atenção à regra da incomunicabilidade.

A Lei nº 11.689/08 promoveu alterações significativas, simplificando a formulação dos quesitos no júri. Segundo Nestor Távora, foi adotado um modelo híbrido, pois há características do modelo francês, no qual os jurados, através dos quesitos, pronunciam-se sobre o fato criminoso e suas circunstâncias, mescladas com alterações inspiradas no modelo inglês, segundo o qual os jurados decidem se o réu é inocente ou culpado pelo crime de que está sendo acusado ⁶.

Dessa forma, com o advento da reforma processual penal realizada através da Lei nº 11.689/08, de acordo com o art. 483 CPP, a ordem dos quesitos passou a ser a seguinte:

- 1) Materialidade do fato;
- 2) Autoria e participação;
- 3) Se o acusado deve ser absolvido;
- 4) Se existe causa de diminuição de pena alegada pela defesa;
- 5) Se existe circunstância qualificadora ou causa de aumento de pena reconhecida na pronúncia ou em decisões posteriores que julgaram admissível à acusação.

A votação é secreta, sendo os votos contados por maioria simples. Assim, se quatro jurados respondem negativamente aos dois primeiros

⁶TÁVORA, N.; ALENCAR, R. R. *Curso de direito processual penal*. Salvador: JusPodivm, p. 823, 2011.

quesitos, a votação é encerrada, e o réu é absolvido. O mesmo acontece se a resposta aos dois primeiros quesitos for afirmativa, e a resposta ao terceiro quesito também for afirmativa, absolvendo o réu. Havendo contradição entre as respostas, o juiz fará os esclarecimentos necessários em relação aos pontos em contradição e repetirá a votação.

Finalizada a votação, o juiz proferirá a sentença, que poderá ser de absolvição, devendo o réu ser posto imediatamente em liberdade; de desclassificação do crime doloso contra a vida para outro que não seja da competência do Tribunal do Júri, hipótese em que o juiz presidente proferirá a sentença; ou de condenação, caso em que o juiz aplicará e dosará a pena.

A sentença será lida pelo juiz em plenário, e as partes são consideradas intimadas nesta ocasião. Encerra-se, assim, a sessão de julgamento.

3 O Tribunal do Júri no novo CPP

No PL n° 8.045/2010, o procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri está previsto no Capítulo VI, composto pelos artigos 321 a 409. O PL n° 7.987/2010, por sua vez, disciplina esse procedimento nos artigos 298 a 387, que compõem o Capítulo VI.

No que se refere às reformas em relação ao CPP vigente, observa-se que, em ambas as propostas, não há previsão de manifestação do autor da ação penal após a resposta escrita do réu na fase de *judicium accusationis*.

Na seção correspondente à função dos jurados, as propostas acrescentam dois dispositivos: o primeiro diz respeito à determinação de que o serviço alternativo a ser prestado pelo jurado que se recusar ao serviço do júri, com base em convicção religiosa, filosófica ou política, será fixado de modo a não prejudicar as atividades laborais do cidadão; o segundo dispõe que se observe, sempre que possível, a proporcionalidade entre homens e mulheres na composição do corpo de jurados.

Ao contrário do PL n° 8.045/2010, que não prevê alterações em relação ao CPP atual no que se refere aos requisitos para ser jurado e à composição do Conselho de Sentença, o PL n° 7.987/2010 difere em dois pontos: primeiro, dispõe que o alistamento para o serviço do júri é direito dos cidadãos maiores de 21 (vinte e um) anos de idade de notória idoneidade, enquanto atualmente a idade prevista é de 18 (dezoito) anos; o segundo

ponto é o dispositivo que determina que o Conselho de Sentença será constituído por oito jurados, ao contrário dos sete jurados previstos no CPP vigente.

O novo CPP acrescenta mais uma hipótese de matéria vedada às partes durante os debates orais, a qual diz respeito à referência aos depoimentos prestados na fase de investigação criminal, com exceção da prova antecipada.

Outra alteração prevista em ambas as propostas diz respeito à incomunicabilidade dos jurados. O novo CPP prevê que, antes do sorteio dos membros do Conselho de Sentença, o juiz advertirá os jurados de que, uma vez sorteados, não poderão se comunicar com terceiros enquanto durar o julgamento, e entre si, durante a instrução e os debates. Entretanto, encerrados os debates, após o esclarecimento acerca dos quesitos, os jurados deverão se reunir em uma sala especial, por até uma hora, para deliberar sobre a votação. Dessa forma, há previsão expressa de deliberação acerca da votação entre os jurados, à semelhança do modelo norte-americano.

O PL n° 8.045/2010 propõe alterações profundas na quesitação. A formulação dos quesitos será realizada na seguinte ordem: 1) Se deve o acusado ser absolvido; 2) Se existe causa de diminuição de pena alegada pela defesa; 3) Se existe circunstância qualificadora ou causa de aumento de pena reconhecida na pronúncia. Quando quatro jurados responderem afirmativamente ao primeiro quesito, a votação será encerrada e o réu será absolvido. Quando a resposta da maioria dos jurados a este quesito for negativa, proceder-se-á a formulação dos outros quesitos separadamente.

O PL n° 7.987/2010 repete no art. 374 o conteúdo do art. 483 do CPP vigente, que diz respeito à ordem de formulação dos quesitos. Entretanto, considerando que prevê um Conselho de Sentença composto por um número par de jurados, dispõe que as decisões do Tribunal do Júri serão tomadas pela maioria dos votos, mas, em caso de empate, prevalecerá a decisão mais favorável ao acusado. Portanto, institui a figura do “empate *pro reo*”⁷.

Apesar de existirem outras modificações previstas para o novo Código de Processo Penal, em relação ao procedimento de competência do Tribunal

⁷GOMES, M. S. *Lutar pelo Tribunal do Júri: um dever do Ministério Público*. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 19 mai. 2009. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/impressao/noticias/id17751.htm?impressao=1>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

do Júri, essas são as que têm suscitado mais debates entre os membros do Ministério Público, razão pela qual foram aqui reproduzidas.

4 Qual o posicionamento do Ministério Público em relação às reformas propostas?

Desde 2009, vêm sendo realizados, em todo o país, debates acerca das propostas para o novo CPP, com a participação de membros do Ministério Público, magistrados, defensores públicos e advogados.

Considerando o objetivo deste estudo, apresentaremos a seguir uma síntese das críticas aos Projetos de Lei n° 8.045/2010 e n° 7.987/2010, apresentadas durante tais eventos pelos membros do Ministério Público.

Há o entendimento de que tais propostas não prezam pela proporcionalidade, pois há uma tendência em privilegiar o garantismo negativo em detrimento do garantismo positivo.

O garantismo no sentido negativo baseia-se no princípio da proibição de excesso, segundo o qual deve se impor limite à atuação estatal que cause restrição à liberdade individual, evitando, assim, a arbitrariedade estatal. O garantismo no sentido positivo, por sua vez, está relacionado ao princípio da vedação da proteção deficiente, tendo em vista que a imposição exagerada de limites à atuação estatal pode gerar o enfraquecimento do poder do Estado em garantir a segurança pública. Dessa forma, é imprescindível a utilização da proporcionalidade para garantir a harmonia entre esses dois princípios⁸.

Entre as propostas de alterações apontadas como tendentes ao exagero do garantismo negativo está o acréscimo de mais uma hipótese de proibição de matéria a ser mencionada durante os debates orais na instrução em plenário: os depoimentos prestados durante a fase de investigação criminal. A Lei n° 11.689/08 gerou insatisfação entre os Promotores de Justiça que atuam no Júri por, entre outras alterações negativas, tê-los proibido de fazer menção, durante os debates, à sentença de pronúncia, à determinação do uso de algemas e ao silêncio do acusado em seu prejuízo. O aumento do rol de proibições proposto para o novo CPP configuraria verdadeira “mordaza” à

⁸CAROLLO, J. C. O processo penal sob a ótica do garantismo positivo. *Jus Navigandi*, Teresina, 13 out. 2011. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/20210>. Acesso em: 11 ago. 2012.

acusação. Argumenta-se que tal vedação fere o direito à liberdade de expressão, previsto como cláusula pétrea no art. 5º, inc. IX, da Constituição da República, motivo pelo qual é alvo de críticas à sua constitucionalidade. Além disso, compromete a análise lógica do processo, representando uma restrição ao debate dialético entre as partes e ferindo a igualdade entre os litigantes⁹.

Uma alteração bastante criticada, prevista no PL nº 7.987/2010, é o aumento do número de jurados do Conselho de Sentença de sete para oito, constituindo, portanto, um número par. Como consequência disso, em caso de empate na votação, o réu será absolvido, instituindo-se, assim, o veredito por presunção. Alega-se que esse instituto resultaria em favorecimento da defesa em detrimento da acusação, pois seriam necessários cinco votos para que o réu fosse condenado. Tal alteração na estrutura do Tribunal do Júri, de modo a facilitar a absolvição do réu, culminaria no descrédito dessa instituição, como também na proteção deficiente do direito à vida, cuja tutela o Ministério Público busca quando postula uma condenação no Júri.

Ainda no que diz respeito à votação dos jurados, o comitê formado pelo Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJ) para análise do PL nº 8.045/2010 entende que a proposta ofende os dois pilares nos quais se baseia o procedimento do Tribunal do Júri: a incomunicabilidade dos jurados e o sigilo das votações. Os membros do comitê defendem que a deliberação dos jurados entre si acerca do objeto do processo, rompendo a incomunicabilidade, não se coaduna com os princípios da bilateralidade e da lealdade processual. Além disso, fere o juramento que investe o leigo na função jurisdicional ao violar a votação pela livre consciência¹⁰.

Em decorrência disso, o comitê propõe a supressão do art. 398 do PL nº 8.045/2010, considerando que tal dispositivo promoveria a insegurança

⁹AUGUSTO, A. L. *PLS que altera o CPP contém fortes falhas, na opinião da Confraria do Júri. E vento discute projeto de lei, na presença de senadora responsável por sub-relatoria. Confraria do Júri. Cuiabá, 21 set. 2009. Disponível em: <http://www.confrariadojuri.com.br/noticias/artigos_view2.asp?cod=343>. Acesso em: 28 jul. 2012.*

¹⁰MINISTÉRIO PÚBLICO APRESENTA CRÍTICAS E PROPOSTAS AO PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 23 set. 2011. Disponível em: <<http://www.mp.mg.gov.br/portal/public/noticia/index/id/28998>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

dos jurados, que teriam suas opiniões conhecidas pelos demais, o que poderia provocar manifestações intimidatórias ou ingerências políticas locais advindas de qualquer jurado comprometido com o resultado da ação, ou ainda, de familiares ou do próprio acusado. Além disso, o artigo em comento fere o princípio do sigilo das votações, consagrado no art. 5º da Constituição da República, razão pela qual não admite reforma para restringi-lo ou aboli-lo.

Finalmente, um ponto que tem gerado bastante discussão diz respeito à quesitação. O PL nº 8.045/2010 suprime os dois primeiros quesitos previstos no CPP vigente, atinentes à materialidade e à autoria do fato imputado. Tal supressão é entendida como inconveniente por não possibilitar ao julgador a análise das questões submetidas à sua apreciação de maneira objetiva.

Desde a reforma promovida pela Lei nº 11.689/08, que inseriu a indagação “se deve o acusado ser absolvido” no art. 483, inc. III, do CPP vigente, vários Promotores de Justiça que atuam no Júri defendem a inconstitucionalidade desse dispositivo. Os projetos de lei que instituem o novo CPP mantêm o polêmico quesito. O problema reside no fato de essa questão englobar todo o debate jurídico das teses absolutórias. Dessa forma, sendo o réu absolvido, apesar de as teses defensivas estarem registradas na ata do julgamento, o Ministério Público não tem como saber qual delas foi acolhida pelos jurados, o que dificulta o recurso quanto ao mérito da decisão do júri, pois não há como definir se a decisão foi manifestamente contrária à prova dos autos. Há, portanto, flagrante violação ao princípio do contraditório, como também ao princípio da paridade de armas, segundo o qual as partes devem ter tratamento isonômico no transcorrer processual¹¹.

Assim, o comitê criado pelo CNPJ para análise do PL nº 8.045/2010 sugere, entre outras modificações na redação do art. 396, a alteração dos §§2º e 3º, que teriam o seguinte conteúdo:

¹¹COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO E PRERROGATIVAS INSTITUCIONAIS. Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJ). Análise do Projeto de Lei nº 156/09 do Senado (PL 8045/2010 na Câmara), que institui o novo Código de Processo Penal. Rio de Janeiro, 20 jul. 2011. Disponível em:<http://www.paginasdeprocessopenal.com.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=72:anlise-do-projeto-de-lei-156-2009-do-senado&id=4:cdigos-de-processo-penal-nacionais&Itemid=20>. Acesso em: 28 jul. 2012.

§2º Respondidos afirmativamente por mais de 3 (três) jurados os quesitos relativos aos incisos I e II do *caput* deste artigo, e tendo sido deduzida tese que leve a tal conclusão, será formulado quesito com a seguinte redação: O jurado absolve o acusado? – seguido da especificação da tese absolutória sustentada.

§3º Proceder-se-á na forma do parágrafo anterior pelo número de vezes correspondente ao número de teses absolutórias apresentadas em favor do acusado¹².

Além disso, o comitê defende que o quesito absolutório deveria ser apresentado aos jurados apenas quando houvesse pedido fundamentado de qualquer das partes, o que impediria a prolação de decisões em desacordo com as provas e com os pleitos deduzidos.

5 Considerações finais

Não há como negar o caráter democrático da instituição do Júri. Seu grande mérito reside em permitir à população participar do julgamento dos acusados de crimes que violam bem jurídico tão valioso quanto à vida humana, utilizando-se dos valores médios da sociedade, efetivando, assim, a justiça social.

Entretanto, apesar de previsto como cláusula pétrea na Constituição da República, percebe-se que a reforma promovida pela Lei nº 11.689/08, como também as propostas previstas pelo PL nº 7.987/2010 e PL nº 8.045/2010, ofendem frontalmente não apenas os princípios constitucionais que lhe dão sustentação, mas também os princípios que regem o Processo Penal.

Sob o pretexto de buscar celeridade e eficiência para os procedimentos de competência do Tribunal do Júri, o que se constata é que tais reformas resultam no enfraquecimento da instituição, em evidente afronta à previsão constitucional.

Verifica-se que o Ministério Público, representante da sociedade e responsável pela tutela do direito à vida e à segurança pública, tem se mobilizado em todo o país, promovendo eventos, nos quais discutem entre

¹²GOMES, M. S. A inconstitucionalidade da quesitação na reforma do Júri. Arts. 482 e 483 da Lei nº 11.689/08. *Jus Navigandi*. Teresina, 18 ago. 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/11616>>. Acesso em: 08 ago. 2012.

si, com os membros do Poder Judiciário e com os parlamentares a respeito das repercussões graves que podem advir da aprovação de tais propostas. Apesar disso, observa-se a escassez de publicações que consolidem o posicionamento da instituição acerca do tema.

Destarte, é importante que o Ministério Público se posicione expressamente sobre os projetos que objetivam instituir um novo CPP, assim como se empenhe na continuidade ao trabalho de acompanhamento político de sua tramitação, sugerindo modificações que sanem os vícios existentes, exercendo, assim, a atribuição de defesa do regime democrático e de agente de transformação social.

Referências

AUGUSTO, A. L. *PLS que altera o CPP contém fortes falhas*: na opinião da Confraria do Júri. Evento discute projeto de lei, na presença de senadora responsável por sub-relatoria. Confraria do Júri. Cuiabá, 21 set. 2009. Disponível em: < http://www.confrariadojuri.com.br/noticias/artigos_view2.asp?cod=343>. Acesso em: 28 jul. 2012.

CAROLLO, J. C. O processo penal sob a ótica do garantismo positivo. *Jus Navigandi*, Teresina, 13 out. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/20210>>. Acesso em: 11 ago. 2012.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO E PRERROGATIVAS INSTITUCIONAIS. Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJ). Análise do Projeto de Lei nº 156/09 do Senado (PL 8045/2010 na Câmara), que institui o novo Código de Processo Penal. Rio de Janeiro, 20 jul. 2011. Disponível em: < http://www.paginasdeprocessopenal.com.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=72:anlise-do-projeto-de-lei-156-2009-do-senado&id=4:cdigos-de-processo-penal-nacionais&Itemid=20>. Acesso em: 28 jul. 2012.

DIAS, B. S. A. In: compatibilidade da atual conformação do Tribunal do Júri com os princípios caracterizadores de um processo penal democrático. São José: UNIVALI, 2009.

GOMES, M. S. A inconstitucionalidade da quesitação na reforma do Júri. Arts. 482 e 483 da Lei nº 11.689/08. *Jus navigandi*. Teresina, 18 ago. 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/11616>>. Acesso em: 08 ago. 2012.

_____. *Lutar pelo Tribunal do Júri*: um dever do Ministério Público. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 19 mai. 2009. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/imprensa/noticias/id17751.htm?impressao=1>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

MINAS GERAIS. Ministério Público. *O Ministério Público apresenta críticas e propostas ao projeto do novo código de processo penal*. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 23 set. 2011. Disponível em: <<http://www.mp.mg.gov.br/portal/public/noticia/index/id/28998>>. Acesso em: 28 jul. 2012.

OLIVEIRA, E. P. *Curso de processo penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

SANTOS, A. L. C. A incompatibilidade das decisões do Conselho de Sentença do Tribunal do Júri com o Estado Democrático de Direito. Uma interpretação da legitimidade das decisões judiciais a partir de uma interseção entre filosofia e direito. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 30-46, jan/jun 2011.

SILVA, K. C. A. Reforma da instituição do Júri a partir de uma visão garantista dos direitos. *Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios*, Brasília, v. 20, p. 76-112, jul/dez 2002.

TÁVORA, N.; ALENCAR, R. R. *Curso de direito processual penal*. Salvador: JusPodivm, 2011.

_____. *Curso de direito processual penal*. Salvador: JusPodivm, 2011.